

GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPECTATIVAS, ESTEREÓTIPOS E SEXISMO

Eixo Temático 21 – Gêneros e Sexualidades nas Infâncias

Márcio de Oliveira ¹
Victória Soares dos Santos ²

RESUMO

Cada sociedade estabelece modelos específicos a serem seguidos, há modelos de comportamentos distintos para meninas e meninos desde a tenra idade, é feito o possível para que entendam como devem ser, agir e pensar. A indagação sobre como instituições de Educação Infantil em Manaus/AM podem abordar a temática de gênero em suas práticas pedagógicas tem como metodologia a pesquisa qualitativa e exploratória, com revisão bibliográfica e análise documental. Abordamos como gênero é definido ao longo da história, em que momento o termo se torna mais discutido e como pode ser percebido na Educação Infantil. Defendemos a escola como meio de transformação social, portanto, a Educação Infantil pode promover experiências e vivências igualitárias, combatendo expectativas, estereótipos e sexismo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gênero; Sexismo.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996) e está fundamentada em dois elementos indissociáveis: o cuidar e o educar, pois a primeira infância é uma fase da vida em que as crianças necessitam de condições de desenvolvimento. Ao adentrarem na Educação Infantil meninos e meninas se deparam com normas do mundo que as rodeia (BUJES, 2001), portanto, essa etapa tem um importante papel na constituição da história

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - PPE/UEM, marcio.1808@hotmail.com;

² Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, sparesvic709@gmail.com

das crianças e juntamente com a família é responsável por perpassar aspectos da história e cultura da sociedade em que faz parte.

Desde bem pequenos/as, os meninos e as meninas são rodeados/as de expectativas e estereótipos distintos e estabelecidos de uma forma nítida (ou implícita) para que entendam bem o que cada um/a deve fazer e ser ao longo de suas vidas (ARANHA, 1996), há uma separação entre gêneros, essa separação acontece em diversos espaços/âmbitos da sociedade, na família, na escola, na igreja, etc.

Sendo assim, essa pesquisa³ surgiu de questionamentos sobre como as crianças pequenas entendem, lidam e estão envolvidas em situações de machismo, estereótipos de gênero e sexismo na Educação Infantil. Em que momentos, em quais atividades, ou por meio de que falas as crianças percebem distinções do que está definido como ‘coisas de meninos’ e ‘coisas de meninas’?

Nos questionamos como as instituições públicas de Educação Infantil em Manaus/AM podem trabalhar com a temática gênero, com o intuito de compreender quais as possibilidades que a Educação Infantil tem de contribuir para a equidade de gênero na sociedade. Portanto, buscamos: definir o conceito de gênero; investigar se os dispositivos legais da Educação brasileira apresentam e abordam (ou não) a temática de gênero; entender, por meio da literatura, como o sexismo e os estereótipos de gênero apresentam-se no cotidiano escolar das crianças inseridas na Educação Infantil; verificar a contribuição do movimento feminista para a igualdade de gênero na Educação Infantil; pontuar como incluir práticas na Educação Infantil de Manaus/AM, a fim de promover a equidade de gênero.

Realizamos uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório (GIL, 2017) por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Diante disso, consideramos a responsabilidade da Educação Infantil em promover a igualdade de gênero, que pode acontecer por meio de reflexões constantes da equipe escolar sobre suas práticas pedagógicas. Professores/as em formação e professores/as atuantes devem ter em mente que um desenvolvimento amplo, justo e igualitário é direito de todas as crianças.

METODOLOGIA

³ O referente resumo expandido é resultado de projeto de pesquisa realizado por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em que teve como órgão de fomento a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi realizado de 2020 a 2021.

Para Minayo (2015, p. 21) a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, possui um olhar sensível para os significados existentes nas relações humanas. Já a pesquisa exploratória é classificada por Gil (2017, p. 26) como a que “[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A revisão bibliográfica é “[...] a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres” (KÔCHE, 2009, p. 122). A análise documental é um método que “[...] consiste na obtenção de informações significativas [...]” (JUNIOR et al., 2021, p. 45) e foi utilizada para investigar se os dispositivos legais da Educação brasileira apresentam e abordam (ou não) a temática de gênero.

Buscamos e revisamos autores e autoras renomados/as acerca das temáticas discutidas aqui (questões de gênero e educação, principalmente) como Bujes (2011), Aranha (1996), Carvalho e Tortato (2009), Peixoto e Maia (2021), Oliveira (2013), Vianna (2018), Matos, Oliveira e Vásquez (2021), Santos e Silva (2020), Louro (2014), Lins, Machado e Escoura (2016) e Kishimoto (2011). Junto a isso, analisamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996), a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) e o Plano Municipal de Educação de Manaus (MANAUS, 2015).

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceituando o termo gênero

A palavra gênero assumiu diversas conceituações e definições ao longo da história da humanidade e é a partir do entendimento dessas diferentes conceituações que é possível construir um conceito atual de gênero. O termo pode ser entendido a partir de um aspecto biológico e também por meio de um aspecto social.

Carvalho e Tortato (2009, p. 24) defendem que “[...] *sexo* é um dado biológico e *gênero* uma construção cultural”, a partir disso os aspectos biológico e social do termo gênero podem ser distintos, pois de acordo com Peixoto e Maio (2021, p. 2) a palavra gênero é considerada como uma “[...] categorização que está em construção, surgida no movimento feminista, como

um conceito que diferencia o jeito de ser homem ou mulher, mas que não se encontra, necessariamente, atrelado ao sexo biológico”.

O conceito de gênero vai além do sexo biológico, pois o termo está relacionado a um processo de construção, um processo de tornar-se homem, mulher, etc., um processo de construção que não se limita a um dado biológico, já que nesse caminho de construção há fatores culturais, históricos, sociais e políticos. O nascimento em si não é capaz de determinar o gênero de uma pessoa, “[...] as construções do Gênero são realizadas em processos não lineares” (OLIVEIRA, 2013, p. 16).

‘Educação brasileira, Educação Infantil e gênero’ em análise

É necessário investigar se os dispositivos legais da Educação brasileira apresentam e abordam (ou não) a temática de gênero, para isso analisamos a LDBEN (BRASIL, 1996), a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o PNE (BRASIL, 2014) e o Plano Municipal de Educação de Manaus (MANAUS, 2015). Dispositivos que são meios de orientar as práticas pedagógicas de professores/as da Educação Básica, assim como garantem os direitos de todos/as inseridos/as na escola.

De antemão destacamos que o registro da discussão sobre gênero nas Leis não garante que o tema estará no cotidiano da prática pedagógica realizada por profissionais da escola; no entanto, esse registro compõe parte importante do avanço de tais práticas, apontando possibilidades para o trabalho escolar. Assim, é preciso que a comunidade acadêmica (e todos/as que atuam com a educação) lute para que os documentos oficiais incorporem tais discussões em suas letras, com o intuito de aproximar as práticas de discussão de gênero com trabalhadores/as da Educação e alunos/as.

Após a implementação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), a Educação no Brasil passou por significativas mudanças legislativas e juntamente com outros dispositivos legais da Educação percebe-se uma perspectiva educacional baseada em princípios democráticos e igualitários. Em relação a temática de gênero nas políticas públicas educacionais, Vianna (2018) aponta que a temática é introduzida no currículo escolar a partir do século XX, a partir disso é possível observar diferentes perspectivas de entendimento sobre o gênero, como por exemplo, por meio da ótica da saúde e da biologia, além disso a autora aponta que essa introdução enfatizou a “[...] perspectiva dos direitos e da construção da cidadania – não necessariamente com referência explícita à expressão gênero –

e muitas vezes dirigida à ideia abstrata de cidadania contida nos documentos” (VIANNA, 2018, p. 77).

Refletindo sobre a desconstrução do sexismo e o alcance da equidade de gênero na Educação Infantil em Manaus/AM

Buscamos compreender como as relações de gênero são vivenciadas na Educação Infantil e como o sexismo e os estereótipos de gênero são apresentados neste espaço escolar. Matos, Oliveira e Vásquez (2021) apontam que educadores/as definem atividades distintas para meninas e meninos, aos meninos são ofertadas atividades competitivas e radicais enquanto que para as meninas são ofertadas atividades opostas, relacionadas a afazeres domésticos.

Ademais, o sexismo pode ser apresentado por meio da linguagem, entendida por Louro (2014, p. 69) como um campo eficaz e persistente na instituição das desigualdades de gênero, “[...] tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito “natural”.

Consideramos o feminismo uma possibilidade para que a Educação Infantil tenha como base princípios de igualdade e contribua na promoção da equidade de gênero nesta etapa da Educação Básica. Pensar nas relações sociais entre homens e mulheres tem sido interesse tanto do feminismo quanto das questões de gênero, ambos questionam as noções naturalizadas do masculino e do feminino, analisando os papéis sociais determinados a eles e elas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Para o alcance da equidade de gênero na Educação Infantil de Manaus/AM, torna-se necessário incluir práticas que promovam a equidade de gênero, destacamos as brincadeiras como essenciais nesse processo, pois contribuem para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil (KISHIMOTO, 2011). As brincadeiras na Educação Infantil podem ser planejadas e realizadas para que meninos e meninas vivenciem experiências amplas, sem que sejam impedidos/as de brincar e explorar com a justificativa errônea de que tal brinquedo ou brincadeira é ‘de menino’ ou ‘de menina’.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na categoria **conceito de gênero**, apontamos que o conceito de gênero ao estar associado a um aspecto biológico está caracterizado por expectativas e estereótipos de gênero

que limitam o desenvolvimento das crianças, enquanto que associado a um aspecto social, cultural, político, histórico é possível considera-lo como um processo de construção (CARVALHO; TORTATO, 2009).

Na categoria **os dispositivos legais da Educação brasileira e a temática de gênero**, a temática de gênero é percebida de forma subentendida na LDB (BRASIL, 1996), na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), no PNE (BRASIL, 2014) e no Plano Municipal de Educação de Manaus (MANAUS, 2015), portanto, é um debate que precisa ser ampliado, para que seja possível construir uma Educação humana, justa e igualitária.

Na categoria **desconstruindo o sexismo e alcançando a equidade de gênero na Educação Infantil**, apontamos que as atividades e os discursos na Educação Infantil são utilizados para estabelecer comportamentos ‘adequados’ a serem incorporados pelas meninas e meninos, o feminismo é uma possibilidade de questionar os estereótipos de gênero entendidos como ‘naturais’ e a brincadeira é um meio de promover experiências igualitárias para todas as crianças na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate da temática de gênero deve ser ampliado nas políticas públicas educacionais e passar a ser discutido para além de uma menção velada, a partir disso é possível refletir sobre possíveis práticas na Educação Infantil que promovam a equidade de gênero, sem que as meninas e os meninos sejam limitados a experiências estabelecidas como ‘coisas de meninos’ e ‘coisas de meninas’. Como apontamos, o feminismo pode contribuir para esse processo, assim como as brincadeiras podem ser planejadas e realizadas de modo que todas as crianças tenham a oportunidade de terem um pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9.394/1996. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – Lei nº. 13.005/2014. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BUJES, M. I. E. Escola Infantil: Pra que te quero? *In*: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 13-22.

CARVALHO, M. G.; TORTATO, C. S. B. **Gênero**: considerações sobre o conceito. *In*: LUZ, N. S.; CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009. p. 21-31.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

JUNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36-51/2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KÔCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação científica à pesquisa. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MANAUS. **Plano Municipal de Educação** – Lei nº. 2000 de 24 de junho de 2015. Manaus: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2015/200/2000/lei-ordinaria-n-2000-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MATOS, R. T.; OLIVEIRA, M.; VÁSQUEZ, A. G. Jogos, Brincadeiras e Educação Infantil: notas acerca da construção de gênero. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12489/11064?fbclid=IwAR3Vp_Buklbh2LZ2qsqU_-oDfyUans8Ll67bXZOn2Pp4i4i1pQM-vIvkgIw>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, M. **Gênero na literatura infantil: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.



PEIXOTO, R.; MAIO, E. R. Gênero e infâncias: das construções identitárias às imposições sociais. **Revista Amazônida**, Manaus, AM, vol. 6, n 1. p. 01 – 13, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/8618> >. Acesso em: 15 mai. 2022.

VIANNA, C. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**: breve história de lutas, danos e resistências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.